

## 2.0 **LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL**

### 2.1 **INTRODUÇÃO**

Este capítulo tem por objetivo apresentar e contextualizar as normas legais aplicáveis ao licenciamento ambiental da Expansão do Loteamento Industrial Bellavista, empreendimento que está sendo analisado por meio do presente Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) submetido à apreciação do Instituto Estadual do Ambiente (Inea). Como será demonstrado ao final, o empreendimento está em conformidade com o sistema normativo vigente, não encontrando nenhum obstáculo legal para a sua implementação.

Para isso, adotou-se o critério de analisar a principal legislação aplicável, buscando identificar os pontos que porventura possam ser controversos, demonstrando que a implantação da Expansão do Loteamento Bellavista está em conformidade com a legislação aplicável. Não se fará uma mera relação de normas e leis que, de resto, são de pleno conhecimento do órgão de controle ambiental. Tal relação será apresentada ao final do presente capítulo.

### 2.2 **ASPECTOS LEGAIS GERAIS**

Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. De acordo com o art.2º da Lei, a Política Nacional do Meio Ambiente objetiva a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

A Política Nacional de Meio Ambiente em seu art. 10º determina que “a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental”.

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988

A CF/88 destinou capítulo específico para a defesa do meio ambiente (Capítulo VI do Título VIII), estipulando o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado a todos (presentes e futuras gerações) e impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Em seu parágrafo 2º, determina que “aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei”.

Além deste capítulo específico, a defesa do meio ambiente passou a ser considerada como um princípio a ser respeitado pelo desenvolvimento econômico, de acordo com os ditames do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, o artigo 170 da Constituição Federal de 1988 determinou que “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”, observada a defesa do meio ambiente, dentre outros princípios.

Por outro lado, a Constituição Federal, em seu art. 3º, que trata dos Objetivos Fundamentais da República Federativa do Brasil, estabelece a obrigatoriedade de se garantir o desenvolvimento nacional e de erradicar a pobreza e a marginalização e ainda reduzir as desigualdades sociais e regionais. **Ou seja, a Constituição Federal prega o desenvolvimento com respeito ao meio ambiente.**

## 2.3 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O licenciamento ambiental é um processo administrativo desenvolvido pelos órgãos de controle ambiental dos três níveis da federação sempre que se pretenda instalar um empreendimento efetiva ou potencialmente causador de degradação ambiental, sendo a degradação considerada *significativa*, o licenciamento deverá incorporar um EIA/RIMA, o qual deverá ser amplamente divulgado e difundido, garantindo-se a mais ampla publicidade entre os interessados. O licenciamento ambiental é uma medida preventiva, com vistas a reduzir ao mínimo possível os impactos negativos sobre o meio ambiente.

O artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, define o licenciamento ambiental como “o *procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental*”. Conceito bastante semelhante é fornecido pelo artigo 1º, inciso I, da Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (“Conama”).

Com efeito, dependem de licenciamento ambiental as atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental, conforme estabelece a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente:

“Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental”.

### **2.3.1 Competência para o Licenciamento Ambiental**

Conforme o artigo 23 da Constituição Federal, todos os entes da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) estão aptos a proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, bem como conservar as florestas, a flora e a fauna. O parágrafo único desse dispositivo determinou que lei complementar fixará normas para a cooperação entre esses entes federativos, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. Todavia, passados vinte e três anos de vigência da nova ordem constitucional, referida lei ainda não havia sido editada – o que fez com que a definição do órgão competente para cada licenciamento ambiental gerasse todo o tipo de dúvidas. A competência para licenciar consistia, portanto, em assunto extremamente controvertido, que nunca havia sido tratado de forma uníssona na doutrina e jurisprudência pátrias.

Contudo, finalmente, no dia 8 de dezembro de 2011, a Lei Complementar n. 140 foi editada, suprimindo essa lacuna do ordenamento jurídico. De acordo com esse diploma legal, o licenciamento ambiental do loteamento industrial em tela deve ser conduzido pelo INEA. A competência do órgão estadual é residual, ocorrendo sempre quando não houver hipótese que atraia a competência da União ou do Município para o licenciamento ambiental (art. 8º, XIV).

No caso, justifica-se a condução pelo INEA do presente processo de licenciamento, na medida em que o Loteamento Bellavista não se amolda às situações cuja atribuição é do órgão federal (art. 7º, XIV), e causa impactos ambientais que ultrapassam o âmbito local, visto que está sendo licenciado mediante EIA/RIMA, de modo que também não atrai a competência do ente municipal (art. 9º, XIV, a, da LC 140/11 c/c art. 1º, III, da Resolução Conema nº42/12, norma essa que definiu que qualquer empreendimento que desafie a realização de EIA/RIMA no Estado do Rio de Janeiro será de competência licenciatória do INEA).

Dessa forma, o processo de licenciamento ambiental da Expansão do Loteamento Industrial Bellavista está sendo conduzido pelo INEA, conforme o disposto no art. 8º, XIV, da Lei Complementar nº 140/11.

### **2.3.2 Etapas do Licenciamento Ambiental**

O licenciamento ambiental é um procedimento complexo, composto por uma sequência de fases que se relacionam entre si. Como regra geral, o artigo 10 da Resolução Conama nº 237/97 estabelece que o licenciamento ambiental deve obedecer às seguintes etapas:

- (i) Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida;
- (ii) Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;
- (iii) Análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;
- (iv) Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;
- (v) Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;
- (vi) Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;
- (vii) Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico; e
- (viii) Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.

Uma vez deferido o pedido de licença mencionado no item (viii) acima, o procedimento se desdobra em etapas de emissão de licenças ambientais, das quais, importa citar as seguintes, nos termos do Decreto Estadual nº 42.159/09:

- (i) Licença Prévia (“LP”): ato administrativo mediante o qual o órgão ambiental, na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprova sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implantação. Seu prazo de validade será no mínimo o estabelecido no cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos e no máximo de 5 (cinco) anos;
- (ii) Licença de Instalação (“LI”): ato administrativo mediante o qual o órgão ambiental autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante. A LI pode autorizar a pré-operação, por prazo especificado na licença, visando à obtenção de dados e elementos de desempenho necessários para subsidiar a concessão da Licença de Operação. Seu prazo de validade será no mínimo o estabelecido no cronograma de instalação e pré-operação e no máximo de 6 (seis) anos. Nos casos em que a LI for concedida com prazo de

validade inferior ao máximo, com base no cronograma apresentado, e este vier a sofrer atrasos, o prazo de validade da licença poderá ser ampliado até o limite máximo de 6 (seis) anos, mediante requerimento do titular da licença, desde que comprovada a manutenção do projeto original e das condições ambientais existentes quando de sua concessão; e

- (iii) Licença de Operação (“LO”): ato administrativo mediante o qual o órgão ambiental autoriza a operação de atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta nas licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas para a operação. Será concedida para empreendimentos e atividades implantados, com base em constatações de vistoria, teste de pré-operação ou qualquer meio técnico de verificação do dimensionamento e eficiência do sistema de controle ambiental e das medidas de mitigação implantadas, e seu prazo de validade será no mínimo de 04 (quatro) anos e no máximo, de 10 (dez) anos neste último caso quando comprovada a implementação voluntária de programa eficiente de gestão ambiental. Nos casos em que a LO for concedida com prazo de validade inferior ao máximo, poderá ter seu prazo de validade ampliado até o limite de 10 (dez) anos, mediante requerimento do titular da licença, quando constatadas, cumulativamente: (i) a manutenção das condições ambientais existentes quando de sua concessão; (ii) a implementação voluntária de programa eficiente de gestão ambiental; (iii) a inexistência de denúncias e autos de constatação e de infração; e (iv) a correção das não conformidades decorrentes da última auditoria ambiental realizada.

Importante ressaltar que tais licenças ambientais também estão previstas no artigo 8º da Resolução Conama nº 237/97.

### **2.3.3 EIA/RIMA e Audiência Pública**

O artigo 225, §1º, inciso IV, da Constituição Federal, dispõe que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público “*exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade*”. De forma semelhante, o artigo 261, §1º, inciso X, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, quando atribui ao Poder Público a obrigação de “*condicionar, na forma da lei, a implantação de instalações ou atividades, efetiva ou potencialmente causadoras de alterações significativas do meio ambiente à prévia elaboração de estudo de impacto ambiental, a que se dará publicidade*”.

Em síntese, conforme leciona Paulo de Bessa Antunes, o EIA é “*o conjunto de pesquisas que se fazem necessárias para avaliar o impacto ambiental de um determinado*

*empreendimento*”.<sup>1</sup> Por sua vez, o referido autor define o RIMA como “*parte integrante do EIA e tem por finalidade fazer com que conceitos técnicos e científicos sejam acessíveis à população em geral*”.<sup>2</sup>

No âmbito federal, o EIA/RIMA encontra base legal na Resolução Conama nº 01, de 23 de janeiro de 1986, que estabelece um rol exemplificativo de atividades sujeitas ao referido estudo, como a implantação de projetos urbanísticos em áreas superiores a 100 hectares (art. 2º, XIV), bem como fixa diretrizes gerais e o conteúdo mínimo para a sua elaboração.

No Estado do Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 1.356, 03 de outubro de 1988, que dispõe sobre os procedimentos vinculados à elaboração, análise e aprovação dos estudos de impacto ambiental, prevê no seu artigo 1º, XIV, que o licenciamento da implantação e da ampliação de projetos de desenvolvimento urbano em áreas acima de 50 (cinquenta) hectares dependerá da elaboração do EIA/RIMA a serem submetidos à aprovação da Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA.

Destaca-se, ainda, que, no Estado do Rio de Janeiro, a elaboração do EIA/RIMA deve atender às normas previstas na Deliberação CECA nº 3.663, de 28 de agosto de 1997, que aprova a DZ-041.R-13.

Vale ressaltar que a área original do projeto, atualmente denominada de “Setor 1”, que é o empreendimento consolidado denominado “Loteamento Bellavista”, foi licenciada pela antiga FEEMA que, após deliberação da CECA, reconhecendo a desnecessidade de apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e seu Relatório (EIA/RIMA), emitiu a Licença de Instalação nº FE012722 em 11 de maio de 2007, conforme histórico apresentado no Capítulo 5 deste estudo.

O empreendedor, diante da intensa demanda por lotes no Município de Macaé, que se tornou o pólo nacional da indústria de óleo e gás, decidiu expandir seu loteamento industrial em uma área de **2.149.208,15m²**. Assim sendo, a Expansão do Loteamento Industrial Bellavista ficou condicionada à apresentação de EIA/RIMA, em conformidade com o disposto nos arts. 2º, XIV, da Resolução CONAMA nº 01/86 e 1º, XIV, da Lei Estadual nº 1.356/88.

A audiência pública, por sua vez, tem como objetivo expor aos interessados o conteúdo do EIA/RIMA, dirimir as eventuais dúvidas e colher críticas e sugestões, está prevista no artigo 11, §2º, da Resolução Conama nº 01/86. Tal ato visa a garantir a participação popular nos processos de licenciamento ambiental e também está regulamentado pela Resolução Conama nº09, de 03 de dezembro de 1987, que estabelece, em seu artigo 2º, que “*sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo*

<sup>1</sup> ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008, 11ª Ed., p. 304.

<sup>2</sup> Idem, p. 304.

*Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, o órgão de meio ambiente promoverá a realização de audiência pública”.*

No ponto, vale destacar que o Estado do Rio de Janeiro suplementou a legislação federal, exigindo a realização de audiência pública no curso do licenciamento ambiental de todo empreendimento licenciados por EIA/RIMA, de acordo com o disposto no art. 3º da Resolução Conema nº 35/11. Portanto, quando se trata de licenciamento de atividades que exigem elaboração de EIA/RIMA, a discricionariedade do órgão licenciador foi restringida pelo legislador fluminense.

Após prévia análise técnica do EIA/RIMA pelo INEA, será designada data, horário e local para a realização da audiência pública, notificando o empreendedor a apresentar o local e as condições necessárias para a realização do ato (art. 6º, da Resolução Conemanº 35/11).

Após isso o empreendedor deverá publicar a convocação respectiva no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no primeiro caderno de, no mínimo, 3(três) jornais de grande circulação em todo o Estado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data definida pela CECA, sob o título “Audiência Pública” (art. 7º da Resolução Conema nº 35/11).

Deverão ser veiculados pelos meios de comunicação e constar nos materiais utilizados, no mínimo, (i) a identificação do empreendedor; (ii) nome, localização e finalidade do objeto do processo de licenciamento, seu órgão público responsável e respectivo número do processo; (iii) locais onde o EIA/RIMA estarão disponibilizados aos interessados; (iv) data, horário e local de realização da Audiência Pública; e (v) a oportunidade para a inscrição perante a CECA, no prazo de até 5 (cinco) dias anteriores à realização do ato, para as entidades civis que desejem fazer uso da palavra durante a Audiência Pública, desde que comprovadamente constituídas há mais de 1 (um) ano, que tenham entre seus objetivos a proteção do meio ambiente ou de interesses comunitários direta ou indiretamente atingidos pelo empreendimento (art. 7º, §5º, da Resolução CONEMA nº 35/11).

Ainda, durante os 10 (dez) dias que antecederem a realização da Audiência Pública, o empreendedor deverá promover medidas de comunicação sobre o local, data e horário de sua realização, como informativos, faixas e cartazes em lugares públicos e de grande visibilidade, entre outros, respeitadas às especificidades locais, bem como deverá divulgar na página inicial em seu sítio na internet a convocação para a Audiência (art. 7º, §§1º e 2º, da Resolução CONEMA nº 35/11).

O empreendedor também deverá encaminhar à CECA as informações contidas no EIA/RIMA sobre as entidades civis existentes na área de influência do empreendimento



(para que possam ser convidadas pela CECA para a Audiência Pública) (art. 26 da Resolução CONEMA nº 35/11).

Vale registrar, por fim, que todas as despesas necessárias à realização da Audiência Pública, tais como a divulgação, publicidade, organização e realização local serão de responsabilidade do empreendedor (art. 21 da Resolução CONEMA nº 35/11).

Portanto, para a realização da audiência pública relativa à Expansão do Loteamento Industrial Bellavista, será observado o disposto no artigo 5º da Lei Estadual nº 1.356/88, na Resolução CONEMA nº 35/11, e na Deliberação CECA nº 4.093/2001.

## 2.4 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

A Compensação Ambiental é um instrumento legal que se encontra previsto na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (“SNUC”).

A Lei Federal nº 9.985/00, o artigo 36, regulamentado pelo Decreto 4.340/02, estabelece que sua aplicação é devida somente nos licenciamentos de empreendimentos causadores de significativo impacto, com base em EIA/RIMA.

...

*Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.*

O parágrafo 1º desta Lei determinava que o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não poderia ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para implantação do empreendimento, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em abril de 2008 na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3378-6.

A questão da Compensação Ambiental também foi tratada em julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.378 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), tendo aquela Corte pronunciado que “(...) Compete ao órgão licenciador fixar o quantum da compensação, de acordo com a compostura do impacto ambiental a ser dimensionado no relatório – EIA/RIMA.” Com efeito, a Corte Constitucional declarou inconstitucional a expressão “não pode ser inferior a 0,5% dos custos totais previstos para a implantação do



*empreendimento*”, constante do referido dispositivo (Rel. Min. Carlos Britto, in DJU de 20/06/08).

Após a referida decisão, o Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 foi alterado pelo Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009, passando a considerar para fins de imposição da Compensação Ambiental apenas os impactos considerados negativos aos recursos ambientais. Nesse sentido, foi criada a seguinte metodologia para o cálculo do valor da Compensação Ambiental:

*Art. 31 – Para os fins de fixação da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei n. 9.985, de 2000, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA estabelecerá o grau de impacto a partir de estudo prévio de impacto ambiental e respectivo relatório EIA/RIMA, ocasião em que considerará, exclusivamente, os impactos ambientais negativos sobre o meio ambiente.*

*§1o – O impacto causado será levado em conta apenas uma vez no cálculo.*

*§2o – O cálculo deverá conter os indicadores do impacto gerado pelo empreendimento e das características do ambiente a ser impactado.*

*§3o – Não serão incluídos no cálculo da compensação ambiental os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais.*

*(...)*

*Art.31-A – O Valor da Compensação Ambiental - CA será calculado pelo produto do Grau de Impacto - GI com o Valor de Referência - VR, de acordo com a fórmula a seguir:*

*CA = VR x GI, onde:*

*CA = Valor da Compensação Ambiental;*

*VR = Somatório dos investimentos necessários para implantação do empreendimento, não incluídos os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos causados pelo empreendimento, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às*

*garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais; e GI = Grau de Impacto nos ecossistemas, podendo atingir valores de 0 a 0,5%.*

*§1º – O GI referido neste artigo será obtido conforme o disposto no Anexo deste Decreto.*

*§2º – O EIA/RIMA deverá conter as informações necessárias ao cálculo do GI.*

*§3º – As informações necessárias ao cálculo do VR deverão ser apresentadas pelo empreendedor ao órgão licenciador antes da emissão da licença de instalação.*

*§4º – Nos casos em que a compensação ambiental incidir sobre cada trecho do empreendimento, o VR será calculado com base nos investimentos que causam impactos ambientais, relativos ao trecho.”*

Como se depreende da legislação acima apontada, a Compensação Ambiental somente será devida pelos empreendimentos sujeitos ao EIA/RIMA, tendo por base, exclusivamente, os impactos ambientais negativos ao meio ambiente ocasionados pelo empreendimento, que não possam ser classificados como recuperáveis ou mitigáveis.

Não serão incluídos no cálculo da Compensação Ambiental os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no processo de licenciamento ambiental para mitigação de impactos, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais.

O Estado do Rio de Janeiro, recentemente, editou a Lei nº 6.572, de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre a compensação devida pelo empreendedor que pretende desenvolver atividade de significativo impacto ambiental:

*Art. 1º. O empreendedor responsável por atividade de significativo impacto ambiental, assim considerada na forma da legislação que trata do estudo prévio de impacto ambiental, é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de uma ou mais unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral.*

*§ 1º O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade, o objeto ou prestação, bem como a forma de execução do apoio, será fixado pelo órgão licenciador, no curso do procedimento de licenciamento ambiental, por meio da assinatura de termo de compromisso de compensação ambiental com o empreendedor, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.*

*§ 2º Não serão incluídos no cálculo da compensação ambiental os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais.*

*§ 3º O Conselho Estadual de Meio Ambiente CONEMA aprovará metodologia para o cálculo da compensação de que trata este artigo e fará publicá-la no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ).*

*§ 4º À Secretaria de Estado do Ambiente, por meio de Câmara de Compensação Ambiental, compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, ainda que não tenham sido criadas pelo Estado, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.*

*§ 5º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo, salvo se a Secretaria de Estado do Ambiente considerar que existem outras unidades com necessidades prioritárias em relação à unidade afetada.*

*§ 6º Caberá ao órgão ambiental licenciador estabelecer o grau de impacto causado pelo empreendimento.*

Como se vê, o legislador estadual atribuiu ao órgão licenciador a responsabilidade pela fixação do montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor a esta finalidade, prevendo que o CONEMA aprovará metodologia para o cálculo dessa compensação.

Contudo, não se pode perder de vista que a legislação do Estado do Rio de Janeiro deve respeitar as normas gerais federais. Isto porque, em primeiro lugar, na competência legislativa concorrente, as normas gerais cabem à União, de modo que a competência dos Estados-membros é denominada suplementar, nos termos do que estabelece o artigo 24, *caput* e parágrafos, especialmente o §2º, da Constituição Federal de 1988. Assim, na ausência de lei estadual, deve ser observada a lei federal. Aliás, em inúmeras ocasiões, costuma fazer expressa referência de observância à Lei Federal nº 9.985/00.

Em consonância com o artigo 2º, parágrafo 2º, da Resolução Conama nº 371, de 05 de abril de 2006, que atribui ao órgão ambiental competente a definição da metodologia de gradação de impacto ambiental, foi publicada a Deliberação CECA nº 4.888, de 02 de

outubro de 2007, a qual “*estabelece procedimentos para gradação de Impacto Ambiental para fins de Compensação Ambiental, de que trata a lei nº 9.985, de 18/07/2000.*”

A metodologia estabelecida na referida Deliberação fixa em 1,1% o percentual máximo da Compensação Ambiental no Estado do Rio de Janeiro. Ocorre que tal metodologia e a própria Resolução Conama nº 371/06 foram elaboradas antes da decisão do STF proferida no âmbito da ADI nº 3.378, a qual declarou parcialmente inconstitucional o artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00. Dessa forma, até a presente data, não foi elaborada nova metodologia de gradação de impacto para fins do cálculo da Compensação Ambiental nos processos de licenciamento ambiental conduzidos pelo INEA, o que se revela necessário, visando à adequação aos novos termos do artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, conferidos pela referida decisão do STF, e ao disposto na recém editada Lei Estadual nº 6.572/13.

Assim, diante do exposto, o cálculo da Compensação Ambiental referente ao Loteamento Industrial Bellavista deve ser realizado com fundamento na metodologia estabelecida na legislação federal, uma vez que o Estado do Rio de Janeiro não dispõe atualmente de uma metodologia que esteja em conformidade com o artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00.

A Compensação Ambiental, portanto, deve ser recolhida no valor máximo de 0,5% do grau de impacto avaliado, considerando-se os descontos legais já mencionados, conforme Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009.

## **2.5 ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO CONAMA Nº 01/86**

O EIA, além de atender à legislação de regência, em especial aos princípios e objetivos expressos na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81), deverá obedecer a determinadas diretrizes que são expressamente indicadas pelo art. 5º da Resolução Conama n. 01/86, bem como desenvolver um conteúdo técnico mínimo, conforme previsão do art. 6º da referida resolução. Tanto as diretrizes quanto o conteúdo mínimo foram contemplados no presente EIA, de modo que o licenciamento ambiental em questão preenche as exigências da Resolução Conama n. 01/86.

O estudo prévio de impacto ambiental, elaborado por equipe multidisciplinar habilitada (Capítulo 12), contemplou todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de sua não execução (Capítulo n. 4). Identificou e avaliou sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade, bem como seus efeitos sinérgicos (Capítulo 8). Definiu os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, com a aposição de critérios claros para sua identificação, considerando a bacia hidrográfica na qual se localiza o empreendimento (Capítulo n. 6.1).

Especificamente quanto às alternativas tecnológicas, é fundamental registrar que o EIA as desenvolveu adequadamente, privilegiando as tecnologias disponíveis que atendem à demanda e que sejam as mais eficientes em termos de proteção ambiental. As alternativas de localização, por sua vez, também foram devidamente contempladas. Com efeito, o estudo avaliou as opções locacionais, buscando adequar o projeto às restrições ambientais do local escolhido.

A hipótese de não realização do empreendimento igualmente foi avaliada (Capítulo 4). Os estudos técnicos compararam a situação atual da região em que se pretende implantar o projeto com a situação futura, com a Expansão do Loteamento Industrial Bellavista.

Além disso, foi desenvolvido no EIA o conteúdo mínimo previsto no art. 6º da Resolução Conama n. 01/86. Com efeito, foi realizado o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto com completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto.

Nesse estudo, considerou-se (a) quanto ao meio físico: o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes atmosféricas; (b) quanto ao meio biótico: a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente; e (c) em relação ao meio socioeconômico: o uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconomia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

O presente estudo também não descuidou de analisar os impactos ambientais do projeto e de suas alternativas. No que tange à alternativa selecionada, ainda procedeu à identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais (Capítulo 8).

O EIA ainda definiu as medidas mitigadoras dos impactos negativos e avaliou a eficiência de cada uma delas, com ênfase especial nos equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos (Capítulo 8). Não bastasse isso, foram elaborados programas de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados, bem como programas para compensar os impactos negativos não mitigados e para potencializar os impactos positivos (Capítulo 8).

Feitas essas considerações, pode-se afirmar que o EIA/RIMA elaborado para o licenciamento da Expansão do Loteamento Bellavista preenche os requisitos previstos na Resolução Conama n. 01/86.

## **2.6 ESPAÇOS AMBIENTALMENTE PROTEGIDOS**

### **2.6.1 Área de Preservação Permanente (APP)**

Previstas na Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (“Novo Código Florestal”), as APP são espaços territoriais protegidos definidos no artigo 3º, inciso II, da referida lei, como: *“área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”*.

A regulação sobre as APP tem como principal instrumento a Lei Federal nº 12.651/12, publicada em 25 de maio de 2012, que revogou o Código Florestal criado pela Lei Federal nº 4.771/65 e suas alterações, destacando-se a Medida Provisória nº 2166-67/01.

São áreas protegidas por imposição legal, de que são exemplos as florestas e demais formas de vegetação situadas (i) ao longo dos rios ou qualquer curso d’água; (ii) ao redor de lagoas e lagos; (iii) no topo de morros, montes, montanhas ou serras; e (iv) nas restingas, como fixadora de dunas ou estabilizadoras de mangues

O art. 4º enumera os critérios para delimitação de APP: as faixas marginais de qualquer curso d’água natural, desde a borda da calha do leito regular, com largura mínima que depende da largura dos cursos d’água; os lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima que depende da área dos lagos e lagoas; as áreas no entorno de reservatórios d’água artificiais; as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d’água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros incluindo rios ou quaisquer cursos d’água (e especifica largura mínima para cada caso); topos de morros, montes, montanhas e serras com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25º; encostas ou partes destas, com declividade superior a 45º, equivalente a 100% na linha de maior declive; restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; entre outras formas de vegetação natural.

O art. 8º da Lei nº 12.651/12 determina que a supressão de vegetação em APP somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental que a mesma Lei tenha previsto em seu Artigo 3º e nas demais disposições.



A Resolução Conama nº 04/93 considera de caráter emergencial, para fins de zoneamento e proteção, todas as áreas de formações nativas de restinga (ora definida permanentemente como APP pela Lei Federal nº 12.651/12). Ainda, a Instrução Normativa MMA nº 05/09 e a Resolução Conama nº 429/11 dispõem sobre procedimentos metodológicos para restauração e recomposição de APP.

No âmbito estadual, destaca-se a Lei Estadual nº 1.315, de 07 de junho de 1988, que institui a Política Florestal do Estado do Rio de Janeiro e a Lei Estadual nº 1.130, de 12 de fevereiro de 1987, que estabelece áreas de interesse especial do Estado, compreendendo as faixas marginais de proteção (FMP) dos rios, lagos, lagoas e reservatórios d'água, as ilhas fluviais e lacustres, do domínio público, estabelecidas conforme critérios técnicos e regulamentares de ordem hidrográfica, geológica, geotécnica e ecológica.

De acordo com o Decreto Estadual nº 42.356, 16 de março de 2010, que dispõe sobre o tratamento e a demarcação das FMP nos processos de licenciamento ambiental e de emissões de autorizações ambientais no Estado do Rio de Janeiro, as APP e as FMP a que se referem a Constituição do Estado do Rio de Janeiro e a legislação estadual serão tratadas de forma unificada, sendo demarcadas pelo INEA.

Importante destacar que no presente licenciamento ambiental não se prevê a intervenção em APP, e sim, medidas de recuperação e plantios compensatórios.

## **2.6.2 Reserva Legal**

A Reserva Legal, conforme preceitua o artigo 3º, inciso III, da Lei nº 12.651/2012, é a “*área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa*”.

Tendo em vista que a exigência de manutenção de Reserva Legal se limita às propriedades rurais, não há necessidade de sua averbação em relação à área onde será realizada a Expansão do Loteamento Industrial Bellavista, visto que esta se encontra inserida no perímetro urbano desde a edição da Lei Municipal nº 676/1979, de Macaé/RJ, regulamentada por meio do Decreto Municipal nº 40/1982. Com efeito, a área em questão foi zoneada como Zona de Expansão Urbana 1, que, segundo o disposto no art. 26 da referida lei municipal, não é considerada como área rural. Ou seja, muito antes de ser obrigatória a averbação de reserva legal, que ocorreu somente em 1989, com a alteração da redação do art. 16 do revogado Código Florestal (Lei n. 4.771/65) pela Lei n. 7.803/89, a área em tela já estava em zona urbana, e não em área rural, conforme previsão expressa da lei municipal acima referida.



Essa posição encontrava ressonância no âmbito da Procuradoria Geral deste Estado à luz do Código Florestal antigo, conforme visto do Dr. Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas ao Parecer n. 01/2009/ACBF/ASJUR, sendo que essa mesma interpretação se manteve com a entrada em vigor do Novo Código Florestal, como se observa do Parecer BENT/GC/NAD/RT n. 01/2012, do qual se extrai o seguinte trecho:

*Pelo exposto, verifica-se que os argumentos que, na vigência da Lei nº. 4.771/1965, sustentaram a obrigatoriedade de constituição de reserva legal para imóveis urbanos que, na data de 20 de julho de 1989, eram considerados rurais, não perderam sua validade com a edição do Novo Código Florestal.*

A *contrario sensu*, portanto, os imóveis que não eram considerados rurais em 1989, tal qual a área em apreço, não estão obrigados à averbação de reserva legal. Diante disso, verifica-se que não é necessária a averbação de reserva legal referente a qualquer dos setores do empreendimento em tela, conforme interpretação da Procuradoria do Estado.

Ainda que assim não fosse, pela redação do art. 19, do Código Florestal, ainda que fosse obrigatória a existência de Reserva Legal na área de Expansão do Loteamento Industrial Bellavista, essa obrigação seria extinta no momento em que o registro do parcelamento do solo para fins urbanos fosse aprovado pelo município de Macaé. Assim, também por esse prisma, a exigência de Reserva Legal no presente caso seria um contra senso.

### **2.6.3 Mata Atlântica**

A Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e a proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências, foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.660, de 21 de novembro de 2008, que são as principais normas federais sobre o tema.

Para efeitos de abrangência do regime jurídico do Bioma Mata Atlântica, o artigo 2º da Lei Federal nº 11.428/06, bem como o artigo 1º do Decreto Federal nº 6.660/08, dispõem que a delimitação do referido Bioma corresponde às previsões estabelecidas em mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo mencionados as formações nativas e os ecossistemas associados.<sup>3</sup>Nesse sentido, somente os remanescentes de vegetação nativa primária e vegetação nativa secundária nos estágios inicial, médio e

---

<sup>3</sup>Artigo 1º, *caput*, do Decreto Federal nº 6.660/08 – O mapa do IBGE, previsto no art. 2º da Lei nº 11.428/06, contempla a configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encraves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas.

avançado de regeneração na área de abrangência que constem do referido mapa serão regulados pelo regime jurídico de uso e conservação ora analisado.

O regime jurídico do Bioma Mata Atlântica é aplicado de maneira diferenciada por tipologia vegetal. Nesse sentido, a Lei Federal nº 11.428/06 e o Decreto Federal nº 6.660/08 estabelecem regras que variam conforme a classificação da vegetação: (i) primária; e (ii) secundária, em estágio (a) inicial; (b) médio; ou (c) avançado; de regeneração. O corte, a supressão, exploração ou intervenção da vegetação nesse Bioma, portanto, apresenta peculiaridades de acordo com o estado de conservação da área.

Vale ressaltar que o §1º do artigo 4º, da Lei Federal nº 11.428/06 atribuiu ao Conama o poder/dever de definir os aspectos técnicos da referida classificação e estabelecer parâmetros básicos para a sua identificação. No caso específico do Estado do Rio de Janeiro, esses parâmetros foram previstos na Resolução Conama nº 06, de 04 de maio de 1994, convalidada posteriormente pela Resolução Conama nº 388, de 23 de fevereiro de 2007.

De acordo com o artigo 14, *caput*, da Lei Federal nº 11.428/06, a supressão de vegetação primária<sup>4</sup> e secundária no estágio avançado de regeneração<sup>5</sup> somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, sendo que a vegetação secundária em estágio médio de regeneração<sup>6</sup> poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social, em todos os casos devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional para a instalação do empreendimento proposto.

A referida supressão dependerá de autorização do órgão ambiental estadual competente (no caso do Estado do Rio de Janeiro, o INEA), com anuência prévia, quando couber, do órgão federal ou municipal de meio ambiente. No entanto, tratando-se de supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração, situada em área urbana, caberá ao órgão ambiental municipal competente a emissão da autorização, desde que o município possua conselho de meio ambiente, com caráter deliberativo e plano diretor,

---

<sup>4</sup>Artigo 20 da Lei Federal nº 11.428/06 – O corte e a supressão da vegetação primária do Bioma Mata Atlântica somente serão autorizados em caráter excepcional, quando necessários à realização de obras, projetos ou atividades de utilidade pública, pesquisas científicas e práticas preservacionistas.

<sup>5</sup>Artigo 21 da Lei Federal nº 11.428/06 – O corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica somente serão autorizados: I – em caráter excepcional, quando necessários à execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública, pesquisa científica e práticas preservacionistas; II – Vetado; e III – nos casos previstos no inciso I do art. 30 desta Lei.

<sup>6</sup>Artigo 23 da Lei Federal nº 11.428/06 – O corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica somente serão autorizados: I - em caráter excepcional, quando necessários à execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública ou de interesse social, pesquisa científica e práticas preservacionistas; II – Vetado; III – quando necessários ao pequeno produtor rural e populações tradicionais para o exercício de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais imprescindíveis à sua subsistência e de sua família, ressalvadas as áreas de preservação permanente e, quando for o caso, após a averbação da reserva legal, nos termos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; IV – nos casos previstos nos §§1º e 2º do artigo 31 desta Lei.

mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente fundamentada em parecer técnico.

Com relação à vegetação secundária em estágio inicial de regeneração, a autorização será emitida pelo órgão ambiental estadual competente e, de acordo com artigo 25, parágrafo único, da Lei Federal nº 11.428/06, nos Estados em que a vegetação primária e secundária remanescente do Bioma Mata Atlântica for inferior a 5% da área original, o corte, a supressão e a exploração da vegetação submeter-se-ão ao regime jurídico aplicável à vegetação secundária em estágio médio de regeneração, ressalvadas as áreas urbanas e regiões metropolitanas.

Importante destacar que os artigos 30 e 31 da Lei Federal nº 11.428/06<sup>7</sup> permitem a supressão de vegetação secundária em estágio avançado e médio de regeneração, justamente para fins de loteamento (que é o presente caso) ou edificação, exigindo que seja mantido 50% e 30% da cobertura florestal existente, respectivamente, quando a área estiver localizada em perímetro urbano aprovado até a data de início de vigência do referido diploma legal – o que é o caso da área de Expansão do Loteamento Industrial Bellavista, cuja área está inserida no perímetro urbano desde 1979.

Por fim, cumpre ressaltar que, conforme o artigo 17 da Lei Federal nº 11.428/06, o corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas

---

<sup>7</sup> Artigo 30 da Lei Federal nº 11.428/06 – É vedada a supressão de vegetação primária do Bioma Mata Atlântica, para fins de loteamento ou edificação, nas regiões metropolitanas e áreas urbanas consideradas como tal em lei específica, aplicando-se à supressão da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração as seguintes restrições:

I – nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração dependerá de prévia autorização do órgão estadual competente e somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio avançado de regeneração em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei e atendido o disposto no Plano Diretor do Município e demais normas urbanísticas e ambientais aplicáveis;

II – nos perímetros urbanos aprovados após a data de início de vigência desta Lei, é vedada a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica para fins de loteamento ou edificação.

Artigo 31 da Lei Federal nº 11.428/06 – Nas regiões metropolitanas e áreas urbanas, assim consideradas em lei, o parcelamento do solo para fins de loteamento ou qualquer edificação em área de vegetação secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, devem obedecer ao disposto no Plano Diretor do Município e demais normas aplicáveis, e dependerão de prévia autorização do órgão estadual competente, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei.

§ 1º - Nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração em no mínimo 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação.

§ 2º - Nos perímetros urbanos delimitados após a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração fica condicionada à manutenção de vegetação em estágio médio de regeneração em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação.

características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica.

O **QUADRO 2.6.3-1** apresenta o regime jurídico de supressão da vegetação desse bioma em área urbana:

**QUADRO 2.6.3-1**  
**REGIME JURÍDICO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA**  
**EM ÁREA URBANA**

Vegetação	Percentual possível de Supressão	Necessidade de Compensação
Primária	Vedada	-
Secundária em estágio avançado de regeneração	50%	Sim, em área equivalente à suprimida, com as mesmas características, na mesma bacia hidrográfica
Secundária em estágio médio de regeneração	70%	
Secundária em estágio inicial de regeneração	100%	Não

É importante notar que, embora a área do empreendimento proposto contenha remanescentes de vegetação nativa que abrigam espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção, de acordo com a Lista Oficial (Instrução Normativa nº 06/08 do Ministério do Meio Ambiente), a supressão de vegetação não será apta a colocar em risco a sobrevivência dessas espécies, visto que não são espécies endêmicas do local e os impactos do corte serão adequadamente mitigados (art. 11, I, a, da Lei n. 11.428/06).

A competência para autorizar a supressão de vegetação é do órgão estadual – INEA, conforme expressa determinação dos art. 30 e 31 da Lei n. 11.428/06. No ponto, é fundamental destacar que as regras de competência da Lei da Mata Atlântica continuam vigentes mesmo após a edição da Lei Complementar n. 140/11, visto que o art. 11 deste diploma legal dispõe que *“lei poderá estabelecer regras próprias para atribuições relativas à autorização de manejo e supressão de vegetação, considerada a sua caracterização como vegetação primária ou secundária em diferentes estágios de regeneração”*.

Não é necessária a anuência do órgão federal de meio ambiente para autorizar essa supressão, bastando a análise pelo órgão estadual competente. Isso porque a referida anuência restringe-se às hipóteses de utilidade pública ou interesse social (art. 14º da Lei 11.428/06), sendo que a supressão prevista para a implantação do empreendimento em questão é para fins de edificação em área urbana, fundamentando-se nos arts 30 e 31 da Lei n. 11.428/06.

Além disso, vale registrar que a supressão de vegetação será restrita a uma área de 1,95 ha, sendo 0,84 ha e 1,11 ha de vegetação secundária nos estágios inicial e avançado de regeneração, respectivamente. Não haverá supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração. Logo, mesmo que fosse aplicável o art. 19 do Decreto n. 6.660/08, não seria necessária a anuência do órgão ambiental federal, na medida em que a área total suprimida é inferior a 3 ha.

Considerando o que foi apresentado, tem-se que é legalmente admissível a supressão da vegetação secundária do Bioma Mata Atlântica presente no imóvel, desde que autorizada pelo órgão estadual competente e sejam respeitadas as exigências legais – especialmente de compensação, não constituindo essa questão óbice à implantação do empreendimento ora em licenciamento.

## 2.7 FAUNA

A seguir são apresentados os instrumentos legais que protegem a fauna.

Lei Federal nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967. *Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.*

*“Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibido a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha”.*

Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. *Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.*

*“As ações de licenciamento, registro, autorizações, concessões e permissões relacionadas à fauna, à flora, e ao controle ambiental são de competência exclusiva dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente”.*

Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. *Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente.*

A Lei Federal 9.605 dispõe que “matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida tem uma pena de detenção de seis meses a um ano, e multa.

Incorrem nas mesmas penas: quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida; quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural; quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna

silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente”.

Instrução Normativa MMA nº 003, de 22 de maio de 2003. Atualiza a Lista Oficial de Espécies de Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.

Instrução normativa IBAMA nº 146, de 10 de janeiro de 2007. Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre.

Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela Lei nº 6.938/81 e pelas Resoluções Conama nº 01/86 e nº 237/97.

Instrução Normativa IBAMA nº 179, de 25 de junho de 2008. Define as diretrizes e procedimentos para destinação dos animais da fauna silvestre nativa e exótica apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente às autoridades competentes.

Para o Estado do Rio de Janeiro utiliza-se como referência para identificação da fauna em extinção a publicação “**A fauna ameaçada de extinção do Estado do Rio de Janeiro**”, de ALVES, M. A. S., J. F. PACHECO, L. A. P. GONZAGA, R. B. CAVALCANTI, M. A. Raposo, C. Yamashita, N. C. Maciel e M. Castanheira. (2000), editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

## **2.8 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL**

Constituem patrimônio cultural brasileiro, entre outros, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, conforme dispõe o art. 216, V, da CF.

Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram, ficam sob a guarda e a proteção do Poder Público, sendo proibido seu aproveitamento econômico, destruição ou mutilação, antes de serem devidamente pesquisados, nos termos dos arts. 1º e 3º da Lei nº 3.924/61.

O art. 8º da Lei nº 3.924/61 estabelece que o direito de realizar escavações para fins arqueológicos em terras de domínio particular constitui-se mediante permissão da União, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esse dispositivo foi regulamentado pela Portaria SPHAN nº 07/88, que estabeleceu os procedimentos necessários às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas



em sítios arqueológicos. Diante da possibilidade de a implantação de empreendimentos afetar o patrimônio arqueológico nacional, o IPHAN compatibilizou as fases do licenciamento ambiental com a realização dos estudos e pesquisas arqueológicas, também dividindo estes em três fases, conforme a Portaria n. 230/02:

- Fase de Obtenção da LP

Nesta fase, dever-se-á proceder à contextualização arqueológica e etnohistórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo. Além disso, a partir do diagnóstico e avaliação de impactos, deverão ser elaborados, quando necessários, os Programas de Prospecção e de Resgate compatíveis com o cronograma das obras e com as fases de licenciamento ambiental do empreendimento de forma a garantir a integridade do patrimônio cultural da área.

- Fase de Obtenção da LI

Nesta fase, dever-se-á implantar o Programa de Prospecção proposto na fase anterior, o qual deverá prever prospecções intensivas (aprimorando a fase anterior de intervenções no subsolo) nos compartimentos ambientais de maior potencial arqueológico da área de influência direta do projeto e nos locais que sofrerão impactos indiretos potencialmente lesivos ao patrimônio arqueológico, tais como áreas de reassentamento de população, expansão urbana ou agrícola, serviços e obras de infraestrutura.

- Fase de Obtenção da LO

Nesta fase, deverá ser executado o Programa de Resgate Arqueológico proposto no EIA e detalhado na fase anterior.

O desenvolvimento dos estudos arqueológicos acima descritos, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado de material coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma.

No caso da destinação da guarda do material arqueológico retirado nas áreas, regiões ou municípios onde foram realizadas pesquisas arqueológicas, a guarda destes vestígios arqueológicos deverá ser garantida pelo empreendedor seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes, ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas para o caso.



Feitas essas considerações, cumpre salientar que foram realizadas as atividades relativas à fase de obtenção de LP previstas na Portaria IPHAN nº 230/02.

Deve-se ressaltar, por fim, que não há, na área proposta para a instalação do empreendimento, qualquer bem que tenha sido objeto de tombamento definitivo ou provisório pelos órgãos de patrimônio histórico, seja o federal, seja o estadual, seja o municipal.

Portanto, do ponto de vista arqueológico, o licenciamento do empreendimento pode prosseguir e não há óbice algum à expedição da Licença Prévia.

## **2.9 RECURSOS HÍDRICOS**

Além do Decreto Federal nº 24.643, de 10 de julho de 1934 (“Código de Águas”), a gestão dos recursos hídricos é realizada em conformidade com a Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Tal diploma legal admite a classificação das águas de acordo com a Resolução Conama nº 357, de 17 de março de 2005, em doces, salobras e salinas, segundo seus usos preponderantes, em classes.

Tendo em vista essa classificação, os órgãos estaduais competentes enquadram e estabelecem programas permanentes de acompanhamento de sua condição, bem como programas de controle de poluição para a efetivação dos respectivos enquadramentos.

Para a Lagoa de Imboassica, importante corpo d’água inserido na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, considera-se, segundo artigo 2º da Resolução Conama nº 357/05, como águas salobras, ou seja, águas com salinidade superior a 0,5% e inferior a 30%. Em relação à classificação dos corpos d’água, conforme o disposto no artigo 42 da referida Resolução, enquanto não aprovados os respectivos enquadramentos (fato atual), as águas doces serão consideradas Classe 2 e as salinas e salobras Classe 1, exceto se as condições de qualidade atuais forem melhores, o que determinará a aplicação da classe mais rigorosa correspondente.

No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos e criou o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, determina que as águas de domínio do Estado, superficiais ou subterrâneas, somente poderão ser objeto de uso após outorga pelo poder público. A outorga também é necessária para o lançamento em corpos d’água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.

Além disso, a Lei Estadual nº 3.239/99 determina que o regime de outorga de direito de uso de recursos hídricos tem como objetivo controlar o uso, garantindo a todos os usuários o acesso à água, visando o uso múltiplo e a preservação das espécies da fauna e flora endêmicas ou em perigo de extinção. Vale ressaltar também que a Lei Estadual nº 4.247, de 16 de dezembro de 2003, dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

A Portaria SERLA nº 555, de 01 de fevereiro de 2007 regulamenta o Decreto Estadual nº 40.156, de 17 de outubro de 2006, que estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para regularização dos usos de água superficial e subterrânea pelas soluções alternativas de abastecimento de água e para a ação integrada de fiscalização com os prestadores de serviços de saneamento e dá outras providências. Dessa forma, cumpre salientar que para fins de obtenção de outorgas de direito de uso de recursos hídricos, os usuários deverão se inscrever no Cadastro Nacional de Usuários de Água (CNARH). Além disso, a emissão das outorgas deve atender ao disposto na Portaria SERLA nº 567, de 07 de maio de 2007.

Com relação às Faixas Marginais de Proteção (FMP), o Decreto Estadual nº 2.330, de 08 de janeiro de 1979, instituiu o Sistema de Proteção dos Lagos e Cursos d'Água do Estado do Rio de Janeiro (SIPROL). Conforme o artigo 8º do referido Decreto, qualquer pessoa que pretenda executar obras ou serviços que interfiram em lagos, lagoas ou canais deverão se submeter à aprovação da extinta SERLA, ora sucedida pelo INEA. Posteriormente, a Lei Estadual nº 650, de 11 de janeiro de 1983, que dispõe sobre a Política Estadual de Defesa e Proteção das Bacias Fluviais e Lacustres do Estado do Rio de Janeiro, estabeleceu que compete à SERLA (atualmente, INEA) a demarcação das FMP, uma vez que a esta incumbe a fiscalização de tais áreas, em consonância com a Deliberação CECA nº 48, de 08 de março de 1979.

Para a demarcação das FMP de Lagos, Lagoas e Lagunas deve-se observar a Portaria SERLA nº 261-A, de 31 de julho de 1997, bem como a Portaria SERLA nº 324, de 28 de agosto de 2003, que estabelece a largura ao longo dos cursos de água. Conforme já ressaltado, recentemente, o Decreto Estadual nº 42.356/10, que dispõe sobre o tratamento e demarcação das FMP nos processos de licenciamento ambiental e de emissões de autorizações ambientais no Estado do Rio de Janeiro, estabelece que incumbe ao INEA demarcar as FMP e fixa parâmetros para tal demarcação em áreas urbanas.

## **2.10 GERENCIAMENTO COSTEIRO**

A área da Expansão do Loteamento Industrial Bellavista compõe a Zona Costeira, que foi elevada à categoria de patrimônio nacional pelo art. 225, § 4º, da CF, sendo sua utilização permitida na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

A Zona Costeira brasileira corresponde ao espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo: (I) uma faixa marítima, correspondente à totalidade do mar territorial; e (II) outra terrestre, que compreende os limites dos Municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes na zona costeira (art. 3º do Decreto n. 5.300/04, que regulamentou a Lei n. 7.661/88 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro).

A Área Diretamente Afetada (ADA), de Influência Direta (AID) e de Influência Indireta (AII) do empreendimento ora em análise situa-se no interior dos limites geográficos de Macaé/RJ, município que sofre influência direta das marés, compondo, portanto, a faixa terrestre da zona costeira brasileira.

O Gerenciamento Costeiro (GERCO) é processo contínuo de diagnose e planejamento do uso sustentável dos recursos costeiros, sob perspectiva integrada dos diversos processos e dos diversos atores que atuam na zona costeira. Dessa forma, os objetivos do GERCO, previstos no artigo 6º, do Decreto Federal nº 5.300/04, podem se coadunar com o desenvolvimento de atividades econômicas na região costeira.

Cabe destacar ainda a existência do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima<sup>8</sup> (Projeto Orla), que é uma iniciativa do governo federal, supervisionado pelo Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO) da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), tendo como coordenadores a Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente (SQA/MMA) e a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP).

Suas ações buscam o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, buscando, inicialmente, dar uma nova abordagem ao uso e gestão dos terrenos e acrescidos de marinha aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade. Os seus objetivos estão baseados nas seguintes diretrizes:

- Fortalecimento da capacidade de atuação e articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desse espaço;
- Desenvolvimento de mecanismos de participação e controle social para sua gestão integrada; e
- Valorização de ações inovadoras de gestão voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e da ocupação dos espaços litorâneos.

<sup>8</sup> Disponível em <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021\\_PUB\\_ProjOrla\\_fundamentos.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_ProjOrla_fundamentos.pdf)>. Acesso em: 07.09.2010.

O Projeto Orla busca, portanto, responder a uma série de desafios, como reflexo da fragilidade dos ecossistemas da orla, do crescimento do uso e ocupação de forma desordenada e irregular, do aumento dos processos erosivos e de fontes contaminantes. Tem como objetivos, assim, o estabelecimento de critérios para destinação de usos de bens da União e o uso adequado de áreas públicas, assim como garantir a existência de espaços estratégicos (como portos, áreas militares, etc.) e a proteção dos recursos naturais, sendo estes desafios para gestão da orla brasileira.

Feitas essas considerações, destaca-se que, de acordo com a legislação de regência, a simples inserção do terreno na zona costeira não acarreta nenhuma restrição à construção, salvo quanto à exigência de elaboração de estudo prévio de impacto ambiental para qualquer atividade que altere as características naturais da região (art. 6º, § 2º, da Lei nº 7.661/88), o que está ocorrendo no presente caso.

## 2.11 QUALIDADE DO AR

Resolução Conama nº 005, de 15 de junho de 1989. “Institui o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – PRONAR”

“Institui o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – PRONAR, como um dos instrumentos básicos da gestão ambiental para proteção da saúde e bem estar das populações e melhoria da qualidade de vida, com o objetivo de permitir o desenvolvimento econômico e social do País de forma ambientalmente segura, pela limitação dos níveis de emissão de poluentes por fontes de poluição atmosférica”.

Resolução Conama nº 003, de 28 de junho de 1990. “Estabelece os Padrões de qualidade do ar”

Esta norma estabelece os padrões de qualidade do ar, entende-se como as “concentrações de poluentes atmosféricos que, ultrapassadas, poderão afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como ocasionar danos à flora e à fauna, aos materiais e ao meio ambiente em geral” e estabelece outros padrões.

Resolução Conama nº 008, de 06 de dezembro de 1990. “Estabelece, em nível nacional, limites máximos de poluentes do ar.”

“Estabelece, em nível nacional, limites máximos de emissão de poluentes do ar (padrões de emissão) para processos de combustão externa em fontes novas fixas de poluição com potências nominais totais até 70 MW (setenta megawatts) e superiores”. E dá outras disposições.

Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. *“Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.”*

Norma Reguladora nº 09 - NRM 09 – *Dispõe sobre prevenção contra Poeiras.*

Resolução Conama nº 382, de 26 de dezembro de 2006. *Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.*

Resolução Conama nº 418, de 25 de novembro de 2009. *Dispõe sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular - PCPV e para a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e determina novos limites de emissão e procedimentos para a avaliação do estado de manutenção de veículos em uso.*

O artigo 3º da Resolução Conama define o Plano de Controle de Poluição Veicular – PCPV:

Art. 3º O Plano de Controle de Poluição Veicular - PCPV constitui instrumento de gestão da qualidade do ar do Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar - PRONAR e do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, com o objetivo de estabelecer regras de gestão e controle da emissão de poluentes e do consumo de combustíveis de veículos.

Lei Estadual nº 2.029, de 20 de agosto de 1992. *Estabelece a obrigatoriedade da aferição anual dos níveis de emissão de poluentes pelos veículos automotores, visando ao atendimento aos padrões estabelecidos e a melhoria da qualidade do ar para garantia da saúde da população exposta.*

Resolução Conemanº 26, de 22 de novembro de 2010. *Aprova A NOP - INEA - 01 - Programa de Monitoramento de Emissões de Fontes Fixas para a Atmosfera - PROMONAR, tem por objetivo estabelecer os procedimentos gerais para vincular atividades poluidoras ao Programa de Monitoramento de Emissões de Fontes Fixas para a Atmosfera - PROMONAR.*

## **2.12 RESÍDUOS SÓLIDOS**

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída por meio da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis. Referido diploma legal foi regulamentado pelo Decreto nº 7.404/2010.

Estão sujeitas à observância da Lei Federal nº 12.305/10 as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, está em vigor a Lei Estadual nº 4.191, de 30 de setembro de 2003, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, estabelecendo princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Rio de Janeiro, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais.

De acordo com o artigo 8º da Lei Estadual nº 4.191/03, *“as atividades geradoras de resíduos sólidos e executores, de qualquer natureza, são responsáveis pelo seu acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento, disposição final, pelo passivo ambiental oriundo da desativação de sua fonte geradora, bem como pela recuperação de áreas degradadas”*.

Cumpre salientar que a referida Lei Estadual proíbe:

- (i) O lançamento e disposição a céu aberto;
- (ii) A queima ao ar livre ou em instalações, caldeiras ou fornos não-licenciados pelo órgão estadual responsável pelo licenciamento ambiental para essa finalidade;
- (iii) O lançamento ou disposição em mananciais e em suas áreas de drenagem, cursos d'água, lagoas, praias, áreas de várzea, terrenos baldios, cavidades subterrâneas, poços e cacimbas, mesmo que abandonadas em áreas de preservação permanente e em áreas sujeitas a inundação num prazo menor que 100 anos;
- (iv) O lançamento em sistemas de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telefone, bueiros e assemelhados;
- (v) A infiltração no solo, sem projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental competente; e
- (vi) A disposição de resíduos sólidos em locais não adequados, em áreas urbanas ou rurais.

A NBR 10.004/04 da ABNT classifica resíduos sólidos quanto à sua periculosidade, considerando seus riscos potenciais a meio ambiente e à saúde pública, para que possam ser gerenciados adequadamente. De acordo com a NBR 10.004, existem três classificações para resíduos sólidos: Perigosos (Classe I), Não Inertes (Classe II - A) e Inertes (Classe II - B).

A Lei Estadual nº 4.191/03 foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº 41.084, de 20 de dezembro de 2007, que ainda criou o Programa Rio Sem Lixão, que tem por objeto a

erradicação dos lixões e dos vazadouros clandestinos, no território estadual, tornando viável o controle da poluição, da contaminação e a minimização dos seus impactos ambientais.

Destaca-se, ainda, que, no caso em apreço, será devidamente respeitado o disposto na Resolução Conama nº 307, de 05 de julho 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, durante o processo de expansão do loteamento.

## **2.13 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

Compete ao poder público municipal, sob diretrizes gerais fixadas em lei, estabelecer o ordenamento urbano, incluindo-se aí a disciplina do uso e ocupação do solo, em seu âmbito territorial, conforme dispõe o artigo 182 da Constituição Federal.

A principal norma federal sobre política urbana é a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que estabelece diretrizes gerais e regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal.

Por se tratar de Município com mais de vinte mil habitantes, cumprindo o que dispõe o artigo 182, § 1º, da Constituição Federal, Macaé instituiu o seu Plano Diretor por meio da Lei Municipal nº 076/2006 e dota a cidade de instrumentos de gestão capazes de enfrentar as necessidades da população, controlar e orientar os usos dos espaços, proporcionando nova ordem à expansão da cidade e ao desenvolvimento de todo o município.

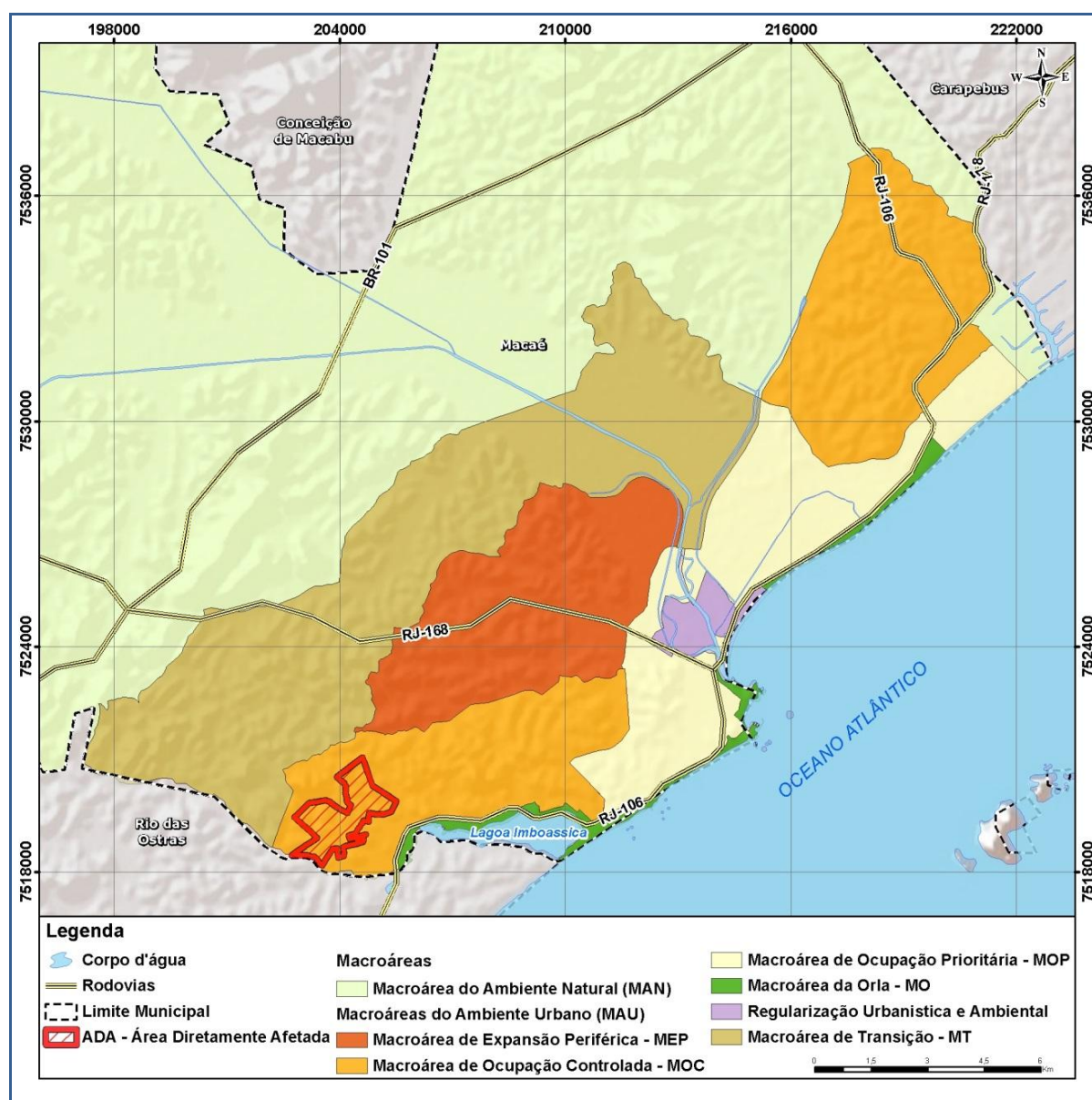
No Plano Diretor é apresentado o Macrozoneamento do município, em que foram definidas duas macrozonas: MAN e MAU. Estas se subdividem em macroáreas, sendo que a MAN possui duas macroáreas e a MAU seis macroáreas, conforme descritas abaixo:

- I - Macrozona de Ambiente Natural – MAN
  - Macroárea de Preservação Ambiental - MPA;
  - Macroárea de Uso Sustentável - MUS.
  
- II - Macrozona de Ambiente Urbano – MAU
  - Macroárea da Orla - MO;
  - Macroárea de Ocupação Prioritária - MOP;
  - Macroárea de Ocupação Controlada - MOC;
  - Macroárea de Regularização Urbanística - MRU;
  - Macroárea de Expansão Periférica - MEP;
  - Macroárea de Transição - MT.



A Expansão do Loteamento Industrial Bellavista localiza-se na Macroárea de Ocupação Controlada (MOC), que se destina “às áreas com concentração e predominância da atividade industrial e de serviços industriais, onde se identifica tanto a necessidade de disciplinar ou conter a expansão territorial, tendo em vista os impactos negativos gerados sobre áreas de uso residencial e de interesse ambiental, quanto à potencialidade para ampliação e fomento da atividade industrial garantindo os limites de tolerância para proximidade de usos desconformes” (FIGURA 2.13-1).

**FIGURA 2.13-1**  
**MACROZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ**



Como complemento ao Plano Diretor, o Código Urbanístico do Município de Macaé, regulamentado pela Lei Complementar 141/10, dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos, ordenamento urbanístico e o sistema viário de circulação. Dentre outras definições institui o Zoneamento Urbano.

O zoneamento urbano apresenta ainda as seguintes subdivisões em zonas e setores:

- Zonas de Uso Institucional (ZUI);
- Zonas Industriais (ZI);
- Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);
- Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA);
- Zonas de Expansão Urbana (ZEU);
- Setores Especiais de Requalificação Urbano-Ambiental (SRU);
- Setores Especiais de Preservação Ambiental (SPA);
- Setores Especiais de Preservação Histórico-Cultural (SPH);
- Setores Viários Estruturais (SVE);
- Setores Viários de Serviços (SVS).

De acordo com o zoneamento urbano, o empreendimento está inserido na Zona Industrial I (ZI-1) cujo uso é destinado a atender à necessidade de ampliação de área industrial saturada, direcionando sua expansão para os limites municipais.

Conforme as duas diretrizes que regem o ordenamento territorial do município de Macaé, o empreendimento está localizado em uma área destinada para a expansão industrial do município, sendo esta a atividade principal do empreendimento que visa atender as indústrias offshore de petróleo e gás.

É importante registrar, por fim, que antes mesmo da edição da Lei Complementar nº 141/2010, que inseriu o imóvel da expansão do Loteamento Bellavista em Zona Industrial I (ZI-1), esta área encontrava-se anteriormente inserida na Zona de Expansão Urbana I (ZEU-1), conforme previsto na Lei Municipal nº 676/79, de Macaé/RJ.

Vê-se, portanto, que o empreendimento em questão está em conformidade com as leis e diretrizes municipais.

## **2.14 QUADRO-RESUMO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL**

O **QUADRO 2.14-1** apresenta, em ordem cronológica, o resumo da principal legislação ambiental aplicada à Expansão do Loteamento Industrial Bellavista:

**QUADRO 2.14-1**  
**RESUMO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO**

Legislação	Objeto
Constituição Federal de 1988	
Constituição do Estado do Rio de Janeiro de 1989	
Leis Federais	
Lei 3.924/61	Dispõe sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos.
Lei 5.197/67	Dispõe sobre a Proteção à Fauna, e dá outras providências.
Lei 6.938/81	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Lei 7.661/88	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)
Lei 8.723/93	Dispõe sobre a Redução de Emissão de Poluentes por Veículos Automotores
Lei 9.433/97	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
Lei 9.605/98	Dispõe sobre as Sanções Penais e Administrativas derivadas de Condutas e Atividades lesivas ao Meio Ambiente, e dá outras providências.
Lei 9.795/99	Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
Lei 9.985/00	Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
Lei 10.257/01	Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece Diretrizes Gerais da Política Urbana e dá outras providências.
Lei 10.650/03	Dispõe sobre o Acesso Público aos Dados e Informações Existentes nos Órgãos e Entidades Integrantes do Sisnama.
Lei 11.428/06	Dispõe sobre a Utilização e Proteção da Vegetação Nativa do Bioma Mata Atlântica
Lei 11.445/07	Estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico.
Lei 12.187/09	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC
Lei 12.305/10	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
Lei Complementar 140/11	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938/81.
Lei 12.587/12	Institui as Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana .
Lei 12.651/12	Institui o Novo Código Florestal

Leis Estaduais – Rio de Janeiro	
Lei 126/77	Dispõe sobre a proteção contra a poluição sonora, estendendo, a todo o Estado do Rio de Janeiro, o disposto no Decreto-lei 112, de 12 de agosto de 1969, do ex-Estado de Guanabara, com as modificações que menciona.
Lei 650/83	Dispõe sobre a Política Estadual de defesa e proteção das bacias fluviais e lacustres do Rio de Janeiro.
Lei 1.356/88	Dispõe sobre os Procedimentos vinculados à Elaboração, Análise e Aprovação dos Estudos de Impacto Ambiental.
Lei 1.315/88	Institui a Política Florestal do Estado do Rio de Janeiro.
Lei 2.029/92	Estabelece a obrigatoriedade da aferição anual dos níveis de emissão de poluentes pelos veículos automotores, visando ao atendimento aos padrões estabelecidos e a melhoria da qualidade do ar para garantia da saúde da população exposta
Lei 3.325/99	Institui a Política Estadual de Educação Ambiental.
Lei 3.239/99	Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, Cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos regulamenta a Constituição Estadual, em seu artigo 261, §1º, inciso VII, e dá outras providências.
Lei 3.467/00	Dispõe sobre as sanções Administrativas derivadas de condutas lesivas ao Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
Lei 4.191/03	Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências.
Lei 4.247/03	Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
Lei 4.886/06	Dispõe sobre a condição para o Licenciamento Ambiental de Empreendimentos, em geral, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
Lei 5.101/07	Cria o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e sobre outras Providências para Maior Eficiência na Execução das Políticas Estaduais de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e Florestais.
Lei 5.427/09	Estabelece Normas sobre Atos e Processos Administrativos no Estado do Rio de Janeiro.
Lei 5.438/09	Institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
Lei 6.572/13	Dispõe sobre a compensação devida pelo empreendedor responsável por atividade de significativo impacto ambiental no Estado do Rio de Janeiro, institui a Contribuição por Serviços Ecossistêmicos nos termos da Lei Federal 9.985/00
Leis Municipais – Macaé	
Lei 676/79	Lei de Zoneamento do uso do Município de Macaé (revogada)
LC 27/01	Dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente
LC 45/04	Consolida as Leis Municipais nº. 006/1998, 012/1999 e 017/1999, que dispõem sobre a Divisão Administrativa do Município, promove novo ordenamento territorial, expandindo a zona urbana, e dá outras providências.
Lei 076/06	Plano Diretor do Município de Macaé

Lei 3010/07	Disciplina o plantio, o replantio, a poda, a supressão, o transplante e o uso adequado e planejado da arborização urbana, e dá outras providências.
LC 141/10 (com alteração pela LC 157/10)	Código Urbanístico do Município de Macaé, que dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos, ordenamento urbanístico e o sistema viário de circulação, e institui o Zoneamento Urbano.
Lei 3010/07	Define os objetivos, instrumentos, princípios e diretrizes para a gestão integrada e gerenciamento de resíduos sólidos para a elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Macaé (PGIRSM).
<b>Decretos Federais</b>	
Decreto 24.643/34	Decreta o Código de Águas.
Decreto 79.367/77	Dispõe sobre Normas e o Padrão de Potabilidade de Água e dá outras providências.
Decreto 99.274/90	Regulamenta a Lei nº 6.902/81, e a Lei nº 6.938/81, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.
Decreto 4.281/02	Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
Decreto 4.340/02	Regulamenta artigos da Lei 9.985/00, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências.
Decreto 5.300/04	Regulamenta a Lei nº 7.661/88, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, dispõe sobre Regras de Uso e Ocupação da Zona Costeira e estabelece Critérios de Gestão da Orla Marítima, e dá outras providências.
Decreto 5.445/05	Promulga o Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.
Decreto 6.514/08	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações,
Decreto 6.660/08	Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428/06, que dispõe sobre a Utilização e Proteção da Vegetação Nativa do Bioma Mata Atlântica.
Decreto 6.848/09	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340/02, para regulamentar a Compensação Ambiental.
Decreto 7.404/10	Regulamenta a Lei no 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa,
Decreto 7.830/12	Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências.

Decretos Estaduais	
Decreto 779/67	Aprova o Regulamento do Controle de Poluição Atmosférica.
Decreto 2.330/79	Regulamenta, em parte, os Decreto-Lei nºs 39/75, e 134/75, institui o Sistema de Proteção dos Lagos e Cursos d'Água do Estado do Rio de Janeiro, regula a Aplicação de Multas, e dá outras providências;
Decreto 9.760/87	Regulamenta a Lei nº 1.130/87, localiza as Áreas de Interesse Especial do interior do Estado, e define as normas de ocupação a que deverão submeter-se os projetos de loteamentos e Desmembramentos a que se refere o artigo 13 da Lei nº 6.766/79.
Decreto 21.258/95	Institui o Fórum de Orientação da Política Ambiental do Estado do Rio de Janeiro
Decreto 27.599/00	Institui o Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental e dá outras providências.
Decreto 26.058/00	Define as Macrorregiões Ambientais do Estado do Rio de Janeiro
Decreto 40.156/06	Estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para a regularização dos usos de água superficial e subterrânea, bem como, para ação integrada de fiscalização com os prestadores de serviço de saneamento básico, e dá outras providências.
Decreto 41.084/07	Regulamenta a Lei nº 4.191/03, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos.
Decreto 41.628/09	Estabelece a Estrutura Organizacional do Instituto Estadual do Ambiente – INEA.
Decreto 42.159/09	Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM e dá outras providências.
Decreto 42.484/10	Disciplina a transferência do procedimento de demarcação da Faixa Marginal de Proteção de Lagos, Lagoas, Lagunas e Cursos D'Água Estaduais aos Municípios
Decreto 42.356/10	Dispõe Sobre o Tratamento e a Demarcação das Faixas Marginais de Proteção nos Processos de Licenciamento Ambiental e de Emissões de Autorizações Ambientais no Estado do Rio de Janeiro.
Decreto 43.240/11	Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Ambiente – SEA.
Decreto 44.072/13	Regulamenta os padrões de qualidade do ar no Estado do Rio de Janeiro, tendo por base padrões nacionais e diretrizes e recomendações da OMS.
Decreto 44.115/13	Nova redação do Decreto 41.039/07, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, instituído pela Lei Estadual 3.239/99.
Decreto-Lei 112/69	Fixa Normas de Proteção contra o Ruído.
Decreto-Lei 134/75	Dispõe sobre Prevenção e Controle da Poluição do Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro.



Portarias Federais	
Portaria SPHAN 07/88	Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos previstas na Lei 3.924/61.
Portaria GM777/04	Dispõe sobre os Procedimentos Técnicos para a Notificação Compulsória de Agravos à Saúde do Trabalhador em Rede de Serviços Sentinela Específica no Sistema Único de Saúde – SUS.
Portaria MINTER 53/79	Dispõe sobre o tratamento e disposição final de resíduos sólidos de qualquer natureza.
Portaria IPHAN 230/02	Dispõe sobre os Procedimentos necessários para Obtenção das Licenças Ambientais referentes à Avaliação e Acompanhamento das Pesquisas Arqueológicas no País.
Portaria MMA 253/06	Institui o Documento de Origem Florestal – DOF.
Portaria MMA 350/06	Reconhece o Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, como mosaico de unidades de conservação.
Portaria 582/12 do Ministério das Cidades	Nova redação da Portaria MC nº 118/05, que dispõe sobre o Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil.
Resoluções Federais – Conama	
Conama 01/86	Dispõe sobre Critérios Básicos e Diretrizes Gerais para Avaliação de Impacto Ambiental.
Conama 06/86	Aprova Modelos de Publicação de Pedidos de Licenciamento de quaisquer de suas Modalidades, sua Renovação e a respectiva Concessão e Aprova os Novos Modelos para Publicação de Licenças.
Conama 09/87	Dispõe sobre realização de Audiências Públicas no âmbito do licenciamento ambiental.
Conama 01/88	Critérios e Procedimentos de Implantação do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.
Conama 05/89	Institui o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – PRONAR.
Conama 01/90	Dispõe sobre os Critérios e Padrões de Emissão de Ruídos das Atividades Industriais.
Conama 02/90	Institui o Programa Nacional de Educação e Controle de Poluição Sonora – Silêncio.
Conama 03/90	Dispõe sobre Padrões de Qualidade do Ar, previstos no Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – PRONAR.
Conama 08/90	Estabelece, em Nível Nacional, Limites Máximos de Emissão de Poluentes do Ar (Padrões de Emissão) para Processos de Combustão Externa em Fontes Novas Fixas.
Conama 04/93	Considera de Caráter Emergencial, para fins de Zoneamento e Proteção, todas as Áreas de Formações Nativas de Restinga.
Conama 10/93	Estabelece os Parâmetros Básicos para Análise dos Estágios de Sucessão do Bioma Mata Atlântica.
Conama 06/94	Estabelece Definições e Parâmetros Mensuráveis para Análise de Sucessão Ecológica da Mata Atlântica no Rio de Janeiro.
Conama 12/94	Aprova o Glossário de Termos Técnicos elaborado pela Câmara Técnica Temporária para Assuntos da Mata Atlântica.



Conama 16/95	Dispõe sobre os Limites Máximos de Emissão de Poluentes para os Motores destinados a Veículos Pesados Novos, Nacionais e Importados, e determina a Homologação e Certificação de Veículos Novos do Ciclo Diesel quanto ao Índice de Fumaça em Aceleração Livre.
Conama 237/97	Dispõe sobre a Revisão e Complementação dos Procedimentos e Critérios utilizados para o Licenciamento Ambiental.
Conama 249/99	Diretrizes para Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica.
Conama 275/01	Estabelece o Código de Cores para os diferentes Tipos de Resíduos, a ser adotado na Identificação de Coletores e Transportadores, bem como nas Campanhas Informativas para a Coleta Seletiva.
Conama 278/01	Dispõe contra o Corte e a Exploração de Espécies Ameaçadas de Extinção do Bioma Mata Atlântica.
Conama 281/01	Dispõe sobre modelos de publicação de pedidos de licenciamento.
Conama 300/02	Complementa os Casos Passíveis de Autorização de Corte previstos no artigo 2º da Resolução Conama nº 278/01.
Conama 307/02	Estabelece Diretrizes, Critérios e Procedimentos para a Gestão dos Resíduos da Construção Civil, Disciplinando as Ações Necessárias de Forma a Minimizar os Impactos Ambientais.
Conama 313/02	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.
Conama 357/05	Dispõe sobre a Classificação dos Corpos d' Água e Diretrizes Ambientais para o seu Enquadramento, bem como Estabelece as Condições e Padrões de Lançamento de Efluentes, e dá outras providências.
Conama 358/05	Dispõe sobre o Tratamento e a Disposição Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde e dá outras providências.
Conama 362/05	Dispõe sobre o Recolhimento, Coleta e Destinação Final de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado.
Conama 371/06	Estabelece Diretrizes aos Órgãos Ambientais para o Cálculo, Cobrança, Aplicação, Aprovação e Controle de Gastos de Recursos advindos de Compensação Ambiental.
Conama 382/06	Estabelece os Limites Máximos de Emissão de Poluentes Atmosféricos para Fontes Fixas.
Conama 388/07	Dispõe sobre a convalidação das resoluções que definem a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica para fins do disposto no artigo 4º, §1º, da Lei nº 11.428/06.
Conama 397/08	Altera o inciso II do § 4º e a Tabela X do § 5º, ambos do artigo 34 da Resolução Conama nº 357/05.
Conama 417/09	Dispõe sobre Parâmetros Básicos para Definição de Vegetação Primária e dos Estágios Sucessionais Secundários da Vegetação de Restinga na Mata Atlântica.

Conama 418/09	Dispõe sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular - PCPV e para a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e determina novos limites de emissão e procedimentos para a avaliação do estado de manutenção de veículos em uso.
Conama 422/10	Estabelece Diretrizes para as Campanhas, Ações e Projetos de Educação Ambiental, conforme a Lei nº 9.795/99, e dá outras providências.
Conama 428/10	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.
Conama 429/11	Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APP
Conama 430/11	Dispõe sobre os padrões de lançamento de efluentes complementa e altera a Resolução Conama nº 357, de 17 de março de 2005.
Conama 453/12	Aprova a lista de espécies indicadoras dos estágios sucessionais de vegetação de restinga para o Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a Resolução no 417/2009.
<b>Resoluções Federais – CNRH</b>	
CNRH 16/01	Dispõe sobre a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos considerando as Legislações Específicas Vigentes.
CNRH 91/08	Dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos.
<b>Resoluções Estaduais – CONEMA</b>	
Conema 02/08	Aprova a DZ-077 - Diretriz para encerramento de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente
Conema 26/10	Aprova A NOP - INEA - 01 - Programa de Monitoramento de Emissões de Fontes Fixas para a Atmosfera - PROMON AR, tem por objetivo estabelecer os procedimentos gerais para vincular atividades poluidoras ao Programa de Monitoramento de Emissões de Fontes Fixas para a Atmosfera - PROMON AR.
Conema 35/11	Dispõe sobre as Audiências Públicas no Âmbito do Licenciamento Ambiental Estadual
Conema 42/12	Dispõe sobre as atividades que causam ou possam causar impacto ambiental local, fixa normas gerais de cooperação federativa nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente e ao combate à poluição em qualquer de suas formas, conforme previsto na Lei Complementar nº 140/2011, e dá outras providências.
Conema 44/12	Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação de eventual contaminação ambiental do solo e das águas subterrâneas por agentes químicos, no processo de licenciamento ambiental estadual.

Deliberações Estaduais – CECA	
CECA 19/78	Aprova a DZ-703.R-4 – Roteiros para Apresentação de Projetos para Tratamento de Efluentes Líquidos – Estado do Rio de Janeiro.
CECA 21/78	Aprova a NT 603. R-4 – Estabelece os Critérios e Padrões de Qualidade do Ar Ambiente
CECA 48/79	Aprova o Regulamento de Fiscalização da Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA.
CECA 1.007/86	Aprova a NT-202.R-10 – Critérios e Padrões para Lançamento de Efluentes Líquidos – Estado do Rio de Janeiro.
CECA 1.173/87	Aprova a NA-43.R-4 – Participação e Acompanhamento da Comunidade no Processo de Avaliação de Impacto Ambiental – AIA
CECA 1.995/90	Aprova a DZ 942. R-7 – Estabelece as diretrizes do Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos – PROCON ÁGUA
CECA 3.329/94	Aprova a NA-42.R-9 – Pedido, Recebimento e Análise de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.
CECA 3.663/97	Aprova a DZ 041.R13 - Elaboração do EIA/RIMA.
CECA 4.093/01	Aprova a NA-052-R1 – Publicação das Licenças Obrigatórias e do Estudo de Impacto Ambiental – EIA.
CECA 4.848/07	Aprova a NA-063.R-0 – Procedimentos para Requerimento de Licenças Ambientais.
CECA 4.887/07	Aprova a DZ-205.R-6 – Diretriz de Controle de Carga Orgânica em Efluentes Líquidos de Origem Industrial – Estado do Rio de Janeiro.
CECA 4.888/07	Estabelece procedimentos para gradação de impacto ambiental para fins de compensação ambiental, de que trata a Lei no 9.985, de 18/07/2000.
Portarias SERLA	
SERLA 261-A/97	Determina Normas para Demarcação de Faixas Marginais de Proteção em Lagos, Lagoas e Lagunas e das outras providências.
SERLA 324/03	Define a Base Legal para Estabelecimento da Largura Mínima da Faixa Marginal de Proteção.
SERLA 555/07	Estabelece os procedimentos a serem observados para a regularização do uso de água subterrânea e de água superficial nas áreas dotadas de sistema público de abastecimento de água, e dá outras providências.
SERLA 567/07	Estabelece Critérios Gerais e Procedimentos Técnicos e Administrativos para Cadastro, Requerimento e Emissão de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos de Domínio do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
Resoluções INEA	
Resolução INEA 07/09	Define a competência do Conselho Diretor e do Diretor Presidente para deliberar, respectivamente, sobre processos de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de alto e médio impacto ambiental, e dá outras providências.

Resolução INEA 28/10	Disciplina o Procedimento Administrativo de apuração de Infração Ambiental e define os Atos Administrativos utilizados nas Ações Fiscalizatórias do INEA.
Resolução INEA 52/12	Estabelece os Novos Códigos para o enquadramento de Empreendimentos e Atividades Poluidores ou Utilizadores de Recursos Ambientais, bem Como os Capazes de Causar degradação Ambiental, sujeitos ao Licenciamento Ambiental.
Resolução INEA 53/12	Estabelece novos Critérios para Determinação do Porte e Potencial Poluidor dos Empreendimentos e Atividades Poluidores ou Utilizadores de Recursos Ambientais, bem como os capazes de causar degradação Ambiental, sujeitos ao Licenciamento Ambiental.
<b>Instruções Normativas Federais – IBAMA</b>	
IBAMA 112/06 e 134/06	Normalizam o Sistema de Documentação de Origem Florestal – DOF.
IBAMA 146/07	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influencia de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental.
IBAMA 179/08	Define as diretrizes e procedimentos para destinação dos animais da fauna silvestre nativa e exótica apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente às autoridades competentes.
<b>Instruções Normativas Federais – MMA</b>	
MMA 03/03	Reconhece Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção
MMA 06/06	Dispõe sobre a Reposição Florestal e o Consumo de Matéria-PRima Florestal, e dá outras providências.
MMA 06/08	Divulga e reconhece a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção.
MMA 05/09	Dispõe sobre os procedimentos metodológicos para restauração e recuperação das Áreas de Preservação Permanentes e da Reserva Legal
<b>Normas ABNT</b>	
NBR 7.229	Projeto, Construção e Operação de Sistemas de Tanques Sépticos.
NBR 9.898	Preservação e Técnicas de Amostragem de Efluentes Líquidos e Corpos Receptores.
NBR 10.004	Classifica Resíduos Sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que estes resíduos possam ter manuseio e destinação adequados.
NBR 10.005	Lixiviações de Resíduos Sólidos.
NBR 10.006	Solubilização de Resíduos Sólidos.
NBR 10.007	Amostragem de Resíduos Sólidos.
NBR 10.151/00	Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas, visando ao Conforto da Comunidade.
NBR 10.152	Níveis de Ruído para Conforto Acústico.
NBR 14.657	Graxa Lubrificante – Separação de Óleo durante a Armazenagem.
NBR 15.112	Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos – Áreas de Transbordo e Triagem – Diretrizes para Projeto, Implantação e Operação.

NBR 15.114	Resíduos Sólidos da Construção Civil – Áreas de Reciclagem – Diretrizes para Projeto, Implantação e Operação.
NBR 15.115	Agregados Reciclados de Resíduos Sólidos da Construção Civil – Execução de Camadas de Pavimentação – Procedimentos.
NBR 15.116	Agregados Reciclados de Resíduos Sólidos da Construção Civil – Utilização em Pavimentação e Preparo de Concreto sem Função Estrutural– Requisitos.
NBR ISO 14.001/04	Sistemas de Gestão Ambiental – Especificação e Diretrizes para Uso.
<b>Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego</b>	
NR 1	Disposições Gerais.
NR 4	Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.
NR 5	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
NR 6	Equipamento de Proteção Individual – EPI.
NR 9	Programas de Prevenção de Riscos Ambientais
NR 11	Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais.
NR 12	Máquinas e Equipamentos.
NR 15	Atividades e Operações Insalubres
NR 18	Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
NR 23	Proteção contra Incêndios.
NR 24	Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.
NR 25	Resíduos Industriais
NR 26	Sinalização de Segurança